ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CASA MILITAR

TERMO DE CONVÊNIO

FPE nº 2571/2026
EDITAL Nº 001/2026 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A INTERVENIÊNCIA DA CASA MILITAR, E O MUNICÍPIO DE SÃO VENDELINO, OBJETIVANDO EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO APROVADO NO ÂMBITO DO EDITAL Nº 01/2026 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, CONFORME PROCESSO Nº 26/0804-9000807-0.

O **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com interveniência da **CASA MILITAR**, com sede na praça Marechal Deodoro, s/n, inscrita no CNPJ sob o nº 87.934.675/0001-96 representada neste ato por seu titular, Coronel LUCIANO CHAVES BOEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 1067457381, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 711.024.260-91, doravante denominado **CONCEDENTE,** e o MUNICÍPIO DE SÃO VENDELINO, com sede na Rua Celestino Schneider, nº 1625, no Município de São Vendelino/RS, CEP 95795-000, inscrito no CNPJ sob o nº 91.984.492/0001-52, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato pelo(a) Prefeito(a) Municipal, Sr(a). REGIS PAULO FRITZEN, residente no Município de São Vendelino/RS, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1037930938, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 427.792.270-87, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado e na Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de

2024, celebram o presente CONVÊNIO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto a aquisição de equipamentos pelo município de São Vendelino, com a finalidade de estruturar o Corpo de Bombeiros Voluntário na área de sua circunscrição, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado no âmbito do EDITAL Nº 001/2026 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, com as cláusulas deste instrumento e com a Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, e será acompanhado e fiscalizado de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário:

Unidade Orçamentária: 08.40
Projeto/Atividade: 8095
Subtítulo: 00001
Natureza da Despesa: 4.4.40.42
Valor: R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS EM PARCELA ÚNICA

4.1 Para consecução do objeto, o CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE o valor de **R$ 175.000,00 (Cento e setenta e cinco mil reais*)***, o qual será liberado em **parcela única**.

4.2 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a qual será movimentada pelo CONVENENTE **exclusivamente para fins deste Convênio**, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRAPARTIDA

5.1 O CONVENENTE deverá alocar, nos termos do art. 14 da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, e conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida financeira no valor de **R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, devendo depositá-la em até **30 (trinta) dias** após o recebimento do recurso estadual, na conta bancária específica do convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

6.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONCEDENTE realizar as obrigações essenciais elencadas no art. 25, I, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, dentre as quais destacam-se:

6.1.1 transferir os recursos financeiros para conta bancária específica, de acordo com o cronograma de desembolso;

6.1.2 certificar-se da atualização do respectivo registro no Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 2º do Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, c/c art. 16, I, da Instrução Normativa CAGE nº 4 de 16 de outubro de 2024);

6.1.3 observar a evolução da execução física do objeto mediante registro de dados, informações, documentos e, principalmente, fotografias anexadas ao Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 16, II, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024);

6.1.4 cientificar-se da Declaração de Início da Execução Física e da Declaração de

Conclusão da Execução Física (Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024 - Anexos I e III) no Sistema de Monitoramento de Convênios;

6.1.5 acompanhar a apresentação dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas, que deve ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

6.1.6 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas (art. 30 da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024);

6.1.7 exigir a prestação de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, em especial nos arts. 37 e seguintes da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024;

6.1.8 exigir a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do Convênio, conforme estabelecido na Cláusula Décima Segunda do presente instrumento, ou a devolução total ou parcial, nos termos do art. 38, §3º da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, dos valores transferidos, devidamente atualizados, na forma do art. 42, § 1º, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver danos ao erário;

6.1.9 analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do Convênio (art. 25, I, “e”, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024);

6.1.10 receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução (art. 25, I, “f”, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024);

6.1.11 no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do Convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis (art. 25, I, “g”, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

7.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONVENENTE realizar as obrigações essenciais, elencadas no art. 25, II, da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, dentre as quais destacam-se:

7.1.1 executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

7.1.2 registrar, **mensalmente**, no **Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos**, as informações referentes à execução do Convênio, até o **dia 15 (quinze)** de cada mês, tendo como data base o período relativo ao mês anterior, nos termos do art. 26, inciso II, letra "v", da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024;

7.1.3 apresentar, por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios, a **Declaração de Início da Execução Física** e a **Declaração de Conclusão da Execução Física** (Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024 - Anexos I e III);

7.1.4 inserir os documentos comprobatórios da despesa no **Sistema de Prestação de Contas** no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento;

7.1.5 manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica;

7.1.6 aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;

7.1.7 aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do Convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas;

7.1.8 contribuir com a contrapartida pactuada e, no caso de contrapartida financeira, depositá-la conforme os critérios previstos na CLÁUSULA QUINTA;

7.1.9 realizar os pagamentos **mediante transferência** da conta específica para conta bancária de titularidade dos fornecedores e dos prestadores de serviços;

7.1.10 publicar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da parcela única;

7.1.11 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;

7.1.12 notificar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o repasse único dos

recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;

7.1.13 **Atestar o recebimento dos materiais adquiridos**;

7.1.14 concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;

7.1.15 apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024;

7.1.16 devolver os saldos do Convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do Convênio, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo Concedente, conforme guia de arrecadação de código **547 - Restituições de Convênios e Auxílios**;

7.1.17 devolver, no caso da extinção antecipada do Convênio, os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras;

7.1.18 divulgar em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do Convênio e o nome do CONVENENTE, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

7.1.19 garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;

7.1.20 comunicar, **tempestivamente**, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;

7.1.21 manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do Convênio;
7.1.22 identificar, em local visível aos usuários, com o nome e o número do respectivo convênio administrativo, os equipamentos adquiridos;
7.1.22.1 em se tratando de **viaturas ou imóveis**, a **identificação** dar-se-á conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul;
7.1.23 permitir ao CONCEDENTE, bem como à CAGE e aos órgãos de controle externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante o Estado e respectivos órgãos de controle;
7.1.24. formalizar por meio de Acordo de Cooperação (item 5.8 do EDITAL Nº 001/2026 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL), no âmbito de sua administração, a vinculação de que as corporações de Bombeiros Voluntários beneficiadas atuarão em cooperação com o ente municipal na execução de ações de proteção e defesa civil, incluindo atividades de prevenção, preparação e resposta a desastres, bem como em operações de busca e salvamento, atendimento a emergências e demais ações correlatas de interesse público, conforme demanda e planejamento definidos pela Administração Municipal, respeitada a autonomia das corporações e a legislação aplicável
7.1.25 observar as disposições relativas às condutas vedadas aos agentes públicos durante período eleitoral, especialmente quanto à publicidade institucional das ações decorrentes do presente convênio, conforme as disposições da Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 O prazo de vigência do presente instrumento será de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.
8.2 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo

concordância entre os partícipes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto.

9.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do Convênio, e que a convenente apresente:

9.1.1.1 os motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

9.1.1.2 as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;

9.1.1.3 extrato da conta corrente bancária específica, quando não disponibilizado automaticamente;

9.1.1.4 descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;

9.1.1.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na CLÁUSULA SÉTIMA, item 7.1.12, deste Convênio;

9.1.1.6 comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver;

9.1.1.7 levantamento fotográfico do objeto adquirido; e

9.1.1.8 comprovação do preenchimento tempestivo das informações no Sistema de Monitoramento de Convênios e no Sistema de Prestação de Contas.

9.1.2 A apresentação do previsto nos itens 9.1.1.5, 9.1.1.6 e 9.1.1.7 será dispensada quando já devidamente anexados ao Sistema de Monitoramento de Convênios.

9.2 O instrumento poderá ser prorrogado de ofício pelo concedente quando houver atraso de repasse financeiro, desde que o convenente não haja contribuído para tal, conforme previsto no inciso I, Artigo 23 da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

10.1 O cumprimento objeto do presente Convênio será comprovado da seguinte forma:

10.1.1 documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas;

10.1.2 relação dos bens adquiridos à conta do convênio, indicando o seu destino final;

10.1.3 declaração de que os bens adquiridos estão instalados e em funcionamento;
10.1.4 fotografias dos bens adquiridos;
10.1.5 fotografias da identificação (com o nome e o número do respectivo convênio administrativo) nos equipamentos adquiridos, e, em se tratando de viaturas e imóveis, da identificação realizada conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução do presente Convênio será monitorada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.
11.1.1 O CONCEDENTE terá o prazo de até **10 (dez) dias** para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no Diário Oficial do Estado designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do Convênio.
11.1.2 O monitoramento será realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos, instituído pelo Decreto Estadual nº 56.939, de 20 de março de 2023, com a finalidade de monitorar a execução dos Convênios administrativos celebrados pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de CONCEDENTE, mediante registro de dados, informações, documentos e fotografias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 O ônus de comprovar a regularidade da aplicação dos recursos públicos compete ao CONVENENTE, por meio de documentação comprobatória de que os gastos foram efetuados de acordo com os objetivos pactuados.
12.1.1 A prestação de contas será realizada no **Sistema de Prestação de Contas**, por meio do Portal de Convênios e Parcerias.
12.1.2 A prestação de contas inicia-se **concomitantemente** com a liberação da parcela única do repasse estadual.
12.1.3 A inserção dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de

Prestação de Contas deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

12.1.4 A Prestação de Contas deverá conter os documentos mencionados no art. 39 da IN CAGE nº 04/24, dentre os quais destacam-se:

12.1.4.1 relação dos bens adquiridos à conta do convênio, indicando o seu destino final;

12.1.4.2 declarações de que os bens adquiridos estão instalados e em funcionamento;

12.1.4.3 fotografias dos bens adquiridos, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo convenente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio; e

12.1.4.4 fotografias da identificação (com o nome e o número do respectivo convênio administrativo) nos equipamentos adquiridos, e, em se tratando de viaturas e imóveis, da identificação realizada conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo convenente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio.

12.1.5 Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem ser emitidos em nome do convenente, **com identificação do número do respectivo Convênio**;

12.1.6 Ainda, o município convenente deverá apresentar cópia do Acordo de Cooperação, e respectivo Plano de Trabalho, firmado com o Corpo de Bombeiros Voluntários, nos termos do item 5.8 do EDITAL Nº 001/2026 - COORDENADORIA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL.

12.1.7 Os documentos fiscais devem conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais.

12.1.7.1 Não sendo possível o ateste no corpo do documento fiscal, sua formalização deve ocorrer em **documento específico**.

12.1.8 Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no item 12.1.5 e 12.1.6.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1 Os bens porventura adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do **CONVENENTE.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

14.1 O presente Convênio poderá ser denunciado por iniciativa dos partícipes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independentemente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 42 da Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo os partícipes, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Alegre.

15.2 E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre/RS, junho de 2026.

EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE
Governador do Estado

LUCIANO CHAVES BOEIRA - Cel PM
Chefe da Casa Militar e Coordenador Estadual de Proteção e Defesa Civil

Documento assinado digitalmente
gov.br
REGIS PAULO FRITZEN
Data: 21/06/2026 18:18:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RÉGIS PAULO FRITZEN

Prefeito Municipal de São Vendelino

Testemunhas:

DARCI BUGS JUNIOR – Ten Cel PM
Diretor - Departamento de Recuperação e Gestão de Processos - SPDC

KARINE GOMES DE FREITAS TEIXEIRA - Sd PM
Auxiliar - Departamento de Recuperação e Gestão de Processos - SPDC